Política de Privacidade

Merion Sign

Versão 1.1 · em vigor desde 02 de setembro de 2026

Quais dados pessoais a plataforma Merion Sign trata, por quê, com quem compartilha, por quanto tempo guarda e como exercer seus direitos (LGPD, Lei 13.709/2018).

---

1. Escopo e papéis

Esta Política explica como [RAZÃO SOCIAL], CNPJ [CNPJ] (“Merion”), trata dados pessoais na plataforma Merion Sign, nos termos da Lei 13.709/2018 (LGPD).

Atuamos em duas posições diferentes, e isso muda quem responde pelo quê:

- Como controladora, quando tratamos dados de quem contrata e usa a Plataforma (cadastro, faturamento, segurança, suporte).
- Como operadora, quando tratamos os documentos e os dados dos Signatários por conta e ordem do cliente que enviou o documento. Nesse caso, o cliente é o controlador: é dele a decisão de enviar aquele documento àquelas pessoas e a base legal para isso.

2. Dados que tratamos

Não tratamos dados de cartão de crédito na Plataforma e não coletamos dados sensíveis para finalidade própria. Se o cliente inserir dados sensíveis no conteúdo de um documento, esse tratamento é de responsabilidade dele, como controlador.

- Conta e organização: nome, e-mail, senha (guardada apenas como hash, nunca em texto claro), nome da empresa, papel na empresa, data de criação e de verificação do e-mail.
- Documentos e participantes: título e conteúdo do documento, nome e e-mail dos Signatários, valores que eles preenchem nos campos do documento e a imagem da assinatura desenhada ou digitada.
- Evidências de assinatura: data e hora de cada evento, endereço IP, identificação do navegador (user agent), método de autenticação usado e o texto do consentimento aceito.
- Comunicações: registros de envio de e-mails transacionais (convite, código de assinatura, lembrete, notificação) e seu status.
- Dados técnicos: registros de acesso e de erro necessários à operação e à segurança do serviço.

3. Para que usamos e com qual base legal

- Prestar o serviço contratado — criar contas, enviar documentos, coletar e registrar assinaturas, gerar o documento selado: execução de contrato (art. 7º, V).
- Produzir e preservar a prova da assinatura (data, hora, IP, navegador, cadeia de hashes): execução de contrato e exercício regular de direitos em processo (art. 7º, V e VI).
- Enviar e-mails operacionais indispensáveis ao fluxo (código de assinatura, convite, lembrete, aviso de conclusão): execução de contrato (art. 7º, V).

- Segurança, prevenção a fraude e apuração de incidentes: legítimo interesse (art. 7º, IX) e cumprimento de obrigação legal.
- Cumprir obrigações legais, fiscais e regulatórias e atender autoridades: art. 7º, II.
- Comunicações comerciais e novidades do produto, quando houver: consentimento (art. 7º, I), revogável a qualquer momento no próprio e-mail.

4. Por que registramos IP, data/hora e navegador

Uma assinatura eletrônica vale pela evidência que a acompanha. Sem registro de quem acessou o link, quando, de qual endereço IP e com qual navegador, e sem a cadeia de hashes que impede alteração retroativa, o documento perde força probatória.

Por isso esses registros são parte do documento assinado, não um dado acessório: eles não podem ser alterados nem excluídos individualmente sem destruir a prova, e são conservados enquanto o documento tiver relevância jurídica.

5. Compartilhamento com terceiros

Não vendemos dados pessoais. Compartilhamos apenas o necessário para operar o serviço, com fornecedores contratualmente obrigados a proteger os dados e a tratá-los somente conforme nossas instruções:

- Provedor de envio de e-mail transacional (para entregar convites, códigos de assinatura e notificações).
- Provedor de infraestrutura e de armazenamento de arquivos, onde os documentos ficam guardados com acesso restrito e criptografia.
- Autoridades públicas, quando houver requisição legal, ordem judicial ou obrigação regulatória.
- Assessores e auditores, sob dever de confidencialidade, em caso de necessidade comprovada.
- Sucessores, em caso de reorganização societária, mantidas as condições desta Política.

6. Onde os dados ficam e transferência internacional

Os documentos e o banco de dados da Plataforma são mantidos em infraestrutura localizada no Brasil.

Alguns fornecedores de apoio — em especial o serviço de envio de e-mail — podem processar dados fora do Brasil. Nesses casos, a transferência se dá com base nas hipóteses da LGPD (art. 33) e com cláusulas contratuais de proteção equivalentes.

7. Por quanto tempo guardamos

- Documentos concluídos e sua trilha de auditoria: enquanto a conta estiver ativa e, após o encerramento, por 90 dias para exportação, mantendo-se depois pelos prazos legais aplicáveis e pelo necessário ao exercício regular de direitos.
- Rascunhos e documentos não concluídos: até a exclusão pelo cliente ou o fim do período de retenção após o encerramento da conta.
- Dados de cadastro: enquanto a conta existir, mais os prazos legais de guarda (por exemplo, fiscais).
- Códigos de assinatura, links de convite e de redefinição de senha: minutos ou horas, conforme a finalidade; expiram e são de uso único.
- Registros de acesso e segurança: pelos prazos previstos na legislação aplicável.

8. Segurança

Nenhuma medida elimina o risco por completo. Em caso de incidente de segurança com risco relevante aos titulares, comunicaremos os afetados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD) nos termos do art. 48 da LGPD.

- Tráfego criptografado (HTTPS/TLS) em todo o acesso à Plataforma.
- Documentos armazenados sem acesso público, entregues somente após verificação de permissão, e criptografados em repouso.
- Senhas guardadas apenas como hash com algoritmo de derivação forte (argon2).
- Isolamento lógico entre Empresas, verificado por testes automatizados a cada alteração do sistema.
- Trilha de eventos encadeada por hash, que torna detectável qualquer alteração retroativa.
- Acesso interno restrito ao necessário e registrado em log de auditoria.

9. Seus direitos

Como titular de dados, você pode solicitar confirmação da existência de tratamento, acesso, correção, anonimização, portabilidade, informação sobre compartilhamentos, revogação de consentimento e eliminação dos dados tratados com base em consentimento (art. 18 da LGPD).

Para exercer esses direitos, escreva para privacidade@merion.com.br. Responderemos no prazo legal e podemos pedir informações adicionais para confirmar sua identidade — o que também protege você.

Dois limites importantes: (a) pedidos sobre dados que tratamos como operadora — o conteúdo de um documento e a participação nele — são encaminhados ao cliente controlador daquele documento, que é quem decide; (b) não podemos eliminar evidências de assinatura de documentos concluídos enquanto forem necessárias ao cumprimento de obrigação legal ou ao exercício regular de direitos (art. 16 da LGPD), porque isso destruiria a prova do ato que você mesmo praticou.

10. Cookies

Usamos apenas cookies necessários ao funcionamento: o cookie de sessão que mantém você autenticado. Não usamos cookies de publicidade nem rastreamento de terceiros, e não carregamos scripts de terceiros nas páginas de assinatura.

Bloquear os cookies essenciais impede o login e o uso da Plataforma.

11. Crianças e adolescentes

A Plataforma não se destina a menores de 18 anos e não coletamos intencionalmente seus dados para criação de conta. Identificado esse caso, a conta é encerrada e os dados eliminados, salvo obrigação legal de guarda.

12. Alterações desta Política

Esta Política pode ser atualizada. A versão vigente fica sempre publicada nesta página, com número de versão e data de vigência, e alterações relevantes são comunicadas por e-mail aos Titulares.

13. Contato e encarregado (DPO)

Encarregado pelo tratamento de dados pessoais: privacidade@merion.com.br. Endereço para correspondência: [ENDEREÇO COMPLETO].

Você também pode apresentar reclamação diretamente à Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).